



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO

CARLOS MORAIS RODRIGUES
26/03/2026 10:30

RAIMUNDO ITAMAR LEMOS FERNANDES JUNIOR
26/03/2026 17:59

TERMO DE REFERÊNCIA EJUD8 nº007/2026

PROAD Nº 2981/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Unidade demandante:	Divisão de Apoio à Escola Judicial
Titular da unidade:	Raimundo Itamar Lemos Fernandes Junior
Responsável pelo planejamento da contratação:	Carlos Moraes Rodrigues

2. DESCRIÇÃO DA DEMANDA

2.1 OBJETIVO

Contratação da Senhora **ANA LAURA MACEDO SÁ, CPF:750.552.362-72**, Defensora Pública do Estado do Pará, para atuar como painelistas do Painel: **O Papel do Poder Judiciário na garantia dos Direitos Humanos: memória, verdade e reparação**, durante a realização do VI Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário - “Amazônia, Direitos Humanos e os Desafios da Agenda 2030”, no dia 7/05/2026, das 9h às 10h30, nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, **com ônus de instrutoria para o Custeio Geral do TRT8**.

Nomes	CPF	NIT	E-mail
Ana Laura Macedo Sá	750.552.362-72	19048039129	ana.sa@defensoria.pa.def.br

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário (ENAM) é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada no âmbito do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), instituído pela Resolução CNJ n. 316/2020. O Proname estabelece diretrizes para a valorização, gestão e promoção do patrimônio cultural brasileiro, abrangendo bens de natureza arquitetônica, arquivística, bibliográfica, museológica e histórica custodiado pelos órgãos do Poder Judiciário, promovendo a difusão e acesso à informação e a preservação da memória institucional como instrumento de cidadania e transparência.

Nesse contexto, o ENAM consolida-se como o principal fórum nacional de debate, intercâmbio de experiências e disseminação de boas práticas relacionadas à gestão





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO

documental, à preservação da memória institucional e ao uso social dos acervos do Poder Judiciário.

Em sua 6ª edição, o Encontro será realizado em Belém do Pará, de 05 a 09 de maio de 2026, sob o tema "Amazônia, Direitos Humanos e os desafios da Agenda 2030", organizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), com o apoio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

A edição de 2026 - VI ENAM - constitui uma oportunidade para magistrados, servidores e a sociedade aprofundarem o diálogo entre memória, justiça e sustentabilidade, destacando o papel dos acervos judiciais na compreensão de questões históricas, sociais e ambientais, bem como sua contribuição para a promoção dos direitos humanos, em consonância com os compromissos estabelecidos pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tudo isso tendo como palco para os debates a própria Amazônia.

O evento também está alinhado às Diretrizes da Gestão 2025-2026, contidas no Ato Conjunto PRESI-VIPRE-CR nº01/2025:

Fundamenta-se a referida contratação com base no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(...)

contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;(...)

3.2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O evento está alinhado aos seguintes objetivos estratégicos do TRT8, conforme Resolução TRT8 nº 049/2021:

Objetivo Estratégico (Planejamento Estratégico do TRT8):

Valorização das pessoas: estabelecimento de mecanismos para reconhecimento do bom desempenho profissional, estímulo ao aperfeiçoamento funcional e à melhoria permanente na qualidade de vida no trabalho, visando ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS:

ODS 16- Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 8ª REGIÃO

3.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DAS PALESTRANTES

A Senhora **Ana Laura Macedo Sá** é Defensora Pública do Estado do Pará. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2006) e graduação em Administração com ênfase em Comercio Exterior pelo Centro Universitário do Pará (2005). Fez duas especializações: Direito do Estado e Processo Civil. É Defensora Pública do Estado do Pará desde 2011, tendo atuado nas Comarcas de Breves, Anajás, Curralinho, Salinópolis, Santarém-Novo, Capanema, Paragominas e Ipixuna do Pará. Exerce, atualmente, a função de Coordenadora de Políticas Criminais do Interior do Estado do Pará. Nesse sentido, a palestrante convidada possui atuação na temática escolhida, conforme currículo em anexo.

3.3.1 NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

A notória especialização do profissional decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No presente caso, a singularidade do serviço é verificada pela capacidade técnica e profissional das palestrantes, comprovadas pelo currículo e demais documentos em anexo.

3.4 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Dispensado nos termos do Art. 11, Inciso II, da Portaria PRESI nº 126, de 03 de fevereiro de 2023, transcrito a seguir:

Fica dispensada a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares - ETP, nos termos do art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

I - Inexigência de Licitação para contratação de vagas em curso aberto;

II - Inexigência da Licitação para contratação de instrutores externos;(…)

3.5 MATRIZ DE RISCO

IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS AO PROJETO					
Se (Causa)	Então (Consequência)	Categoria	Probabilidade	Impacto	Severidade/ Medida do Risco
Atrasos/ Falhas nos procedimentos para realização do evento	Evento não ocorrerá	T	2	2	4

LEGENDA

Item	Descrição	Atributos
------	-----------	-----------

